

Cargill desistiu de investir R\$ 1,2 bilhão no Pará após invasão por indígenas em Santarém

Category: ECONOMIA, GERAL, PARÁ, REGIÃO

escrito por Chellsen Carneiro | 2 de março de 2026



Em artigo publicado neste final de semana em dois dos dos jornais mais influentes do país, O Globo e Folha de S.Paulo, o jornalista Élio Gaspari revelou um prejuízo econômico severo para o oeste do Pará. Segundo o colunista, a multinacional Cargill decidiu transferir para o Equador um projeto de US\$ 250 milhões (aproximadamente R\$ 1,2 bilhão) destinado ao cultivo de cacau na região, motivada pela “exposição da insegurança jurídica” gerada por recentes conflitos em Santarém.

De acordo com Gaspari, o problema começou em agosto de 2023, quando o governo federal editou o decreto 12.600, incluindo trechos dos rios Tapajós, Madeira e Tocantins no Plano Nacional de Desestatização. A medida visava estudos para concessão de serviços como dragagem, mas enfrentou resistência de povos indígenas que combatiam o que chamavam de “venda desses rios”.

Decreto 12.600 e estudo

O jornalista destaca que, embora o governo alegasse pretender “apenas estudar a opção”, o decreto mencionava a dispensa de licenciamento ambiental, o que elevou a tensão. Gaspari observa que a dragagem do leito do Tapajós poderia revolver mercúrio deixado pelo garimpo ilegal, “contaminando as águas”.

A escalada de tensão culminou no dia 21 de fevereiro, quando manifestantes invadiram o terminal da Cargill em Santarém. Gaspari relata que “42 funcionários abrigaram-se por três horas em salas trancadas” enquanto um manifestante ameaçava destruir as instalações.

O colunista ressalta que a empresa acabou sendo o alvo principal, embora “nada tenha a ver com o estado presente do debate em torno do decreto”. Em resposta à pressão das invasões, o governo revogou a norma no dia 23 de fevereiro. Para Gaspari, se em Brasília o caso pareceu resolvido com a revogação, “faltou combinar com a Cargill”.

Fuga de capital para o Equador

O projeto perdido para o Pará envolvia o financiamento de plantações de cacau, inclusive em áreas de pastagens degradadas, com potencial para gerar milhares de empregos. Gaspari afirma que, diante dos acontecimentos em Santarém, “em questão de dias o projeto do cacau amazônico migrou para o Equador”.

A análise do jornalista aponta que o recuo do governo e a violência das ocupações sinalizaram uma instabilidade que afastou o investimento que beneficiaria, inclusive, as populações originárias da região.

Leia a íntegra do artigo do jornalista:

Em agosto do ano passado, os çábios de Brasília soltaram o decreto 12.600, incluindo milhares de quilômetros de hidrovias em trechos dos rios Tapajós, Madeira e Tocantins no Plano Nacional de Desestatização. A iniciativa abria o caminho a estudos para avaliar uma eventual concessão de serviços de navegabilidade, dragagem e manutenção dos canais. Há anos, o Arco Norte da Amazônia, com suas rotas fluviais, transporta cerca de 40% das exportações nacionais de soja e milho.

Desde a assinatura do decreto por Lula, uma dezena de povos indígenas combatem o que chamam de venda desses rios. Assim como sucede com as eventuais reservas de petróleo da Margem Equatorial, o governo diz que pretende apenas estudar a opção. Fica combinado assim. O decreto fala em dispensa de licenciamento ambiental. (O garimpo ilegal poluiu com mercúrio o leito do Tapajós e uma dragagem revolveria a terra, contaminando as águas.)

Passou o segundo semestre, o caso parecia ser apenas uma guerra de palavras.

No dia 22 de janeiro, a encrenca mudou de aspecto: indígenas e seus aliados bloquearam o acesso de caminhões ao terminal da Cargill no porto de Santarém. A Cargill opera em 70 países e é uma das maiores negociantes de grãos do mundo. Em 2021, exportou 6 milhões de toneladas por esse terminal.

Os manifestantes pediam a revogação do decreto 12.600. (A Cargill nada tem a ver com o estado presente do debate em torno do decreto de agosto.) Seguiram-se outros bloqueios. Em 13 de fevereiro, o Tribunal Regional Federal concedeu uma liminar à empresa dando 48 horas para que o bloqueio fosse encerrado. Palavras ao vento. Seis dias depois, uma barça da Cargill foi interceptada.

Na madrugada do dia 21 de fevereiro, os manifestantes dobraram a aposta e invadiram o terminal da Cargill, 42 funcionários abrigaram-se por três horas em salas trancadas. Um manifestante exaltado disse, num vídeo, que destruiria instalações do terminal.

Não foi preciso. Na segunda-feira (23), o governo revogou o decreto 12.600 e seus efeitos. Mandou parar tudo, inclusive as análises neutras da hidrovía do rio Tapajós e de trechos dos rios Madeira e Tocantins.

Para quem joga com as canetas de Brasília, o caso estaria resolvido. O terminal da Cargill foi invadido, o decreto foi revogado e todos passaram a viver na paz da Amazônia.

Faltou combinar com a Cargill. A empresa financia projetos para a plantação de cacau no Pará, inclusive em áreas de pastagens degradadas. Há um estudo para que ela venha a investir até US\$ 250 milhões no cultivo de cacau na região, gerando milhares de empregos e beneficiando populações originárias. (Nos últimos cinco anos, a Cargill investiu no Brasil mais de R\$ 8 bilhões.)

Diante dos acontecimentos de Santarém, com a exposição da insegurança jurídica que ele produziu, em questão de dias o projeto do cacau amazônico migrou para o Equador.

Fonte: Jeso Carneiro e Publicado Por: Jornal Folha do Progresso em 02/03/2026/07:34:59

O formato de distribuição de notícias do [Jornal Folha do Progresso](#) pelo celular mudou. A partir de agora, as notícias chegarão diretamente pelo formato Comunidades, ou pelo canal uma das inovações lançadas pelo WhatsApp. Não é preciso ser assinante para receber o serviço. Assim, o internauta pode ter, na palma da mão, matérias verificadas e com credibilidade. Para passar a [receber as notícias](#) do Jornal Folha do Progresso, clique nos links abaixo siga nossas redes sociais:

- [Clique aqui e nos siga no X](#)
- [Clica aqui e siga nosso Instagram](#)
- [Clique aqui e siga nossa página no Facebook](#)
- [Clique aqui e acesse o nosso canal no WhatsApp](#)
- [Clique aqui e acesse a comunidade do Jornal Folha do Progresso](#)

Apenas os administradores do grupo poderão mandar mensagens e saber quem são os integrantes da comunidade. Dessa forma, evitamos qualquer tipo de interação indevida. Sugestão de pauta enviar no e-mail: folhadoprogresso.jornal@gmail.com.

Envie vídeos, fotos e sugestões de pauta para a redação do JFP (JORNAL FOLHA DO PROGRESSO) Telefones: WhatsApp [\(93\) 98404 6835](#)– (93) 98117 7649.

“Informação publicada é informação pública. Porém, para chegar até você, um grupo de pessoas trabalhou para isso. Seja ético. Copiou? Informe a fonte.”

Publicado por Jornal Folha do Progresso, Fone para contato 93 981177649 (Tim) WhatsApp: [-93- 984046835](#) (Claro)

- Site: www.folhadoprogresso.com.br e -

mail: folhadoprogresso.jornal@gmail.com/ou e -

mail: adeciopiran.blog@gmail.com